

AgeRio

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R\$ MIL					
Especificações	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros ou Prejuízos Acumulados	Totais
		Legal	Outras		
SALDOS EM 30/JUN/21	479.504	551	-	9.519	489.574
Resultado Líquido do Semestre	-	-	-	23.450	23.450
Destinações	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	1.125	16.844	(17.969)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	(15.000)	(15.000)
SALDOS EM 31/DEZ/21	479.504	1.676	16.844	-	498.024
MUTAÇÕES DO PERÍODO	479.504	1.676	16.844	-	498.024
SALDOS EM 31/DEZ/19	468.949	2.492	3.356	-	474.797
Aumento de Capital com Reservas	3.356	-	(3.356)	-	-
Aumento de Capital - incorporação JCP	7.199	-	-	-	7.199
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	(3.442)	(3.442)
Destinações	-	-	-	-	-
Reversão de Reservas	-	(2.492)	-	2.492	-
SALDOS EM 31/DEZ/20	479.504	-	-	(950)	478.554
MUTAÇÕES DO PERÍODO	10.555	(2.492)	(3.356)	(950)	3.757
SALDOS EM 31/DEZ/20	479.504	-	-	(950)	478.554
Resultado Líquido do Exercício	-	-	-	34.470	34.470
Destinações	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	1.676	16.844	(18.520)	-
Juros Sobre o Capital Próprio	-	-	-	(15.000)	(15.000)
SALDOS EM 31/DEZ/21	479.504	1.676	16.844	-	498.024
MUTAÇÕES DO PERÍODO	-	1.676	16.844	950	19.470

As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 - Valores expressos em milhares de reais																																																																																												
NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL																																																																																												
A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio é uma instituição financeira de capital fechado, constituída sob a forma de sociedade anônima de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, autorizada pela Lei Estadual nº 3.517 de 27 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto Estadual nº 32.376 de 12 de dezembro de 2002 e constituída por meio da Ata de Assembleia de Constituição, realizada em 13 de dezembro de 2002. A Instituição iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, quando teve seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil. Em 06 de dezembro de 2004, com a publicação do Decreto Estadual nº 36.703/04, a Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. teve ampliada sua autonomia na gestão administrativa, financeira e operacional, assim como de seus recursos, com vistas à efetiva consecução de seus objetivos sociais. A Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AgeRio, empresa vinculada ao Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais (SEDEER), tem por finalidade contribuir para a consecução da política de apoio financeiro à empreendimentos geradores de emprego, renda ou incremento da atividade produtiva nos setores industrial, turístico, de agricultura, inclusive, familiar individual e coletiva, de comércio e de serviços, implantados ou que venham a se implantar no Estado do Rio de Janeiro. Além da concessão de financiamento com recursos próprios e de repasses de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, da Financiadora de Estudos e Pesquisa - FINEP e do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, atua como Agente Financeiro do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social - FUNDES, administradora do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses - FREMF e do Fundo Estadual de Fomento ao Microcrédito Produtivo Orientado para Empreendedores - FEMPO, e é operadora dos Programas Fomenta Maricá e Supera Mais Niterói, de oferta de créditos orientados nos respectivos municípios, cujos recursos são oriundos de fundos administrados por estes. Apóia, também, investimentos no Estado através da participação acionária indireta. Em junho de 2021, o Governo do Estado do Rio de Janeiro lançou o Supera RJ, programa de transferência de renda criado para diminuir o impacto econômico da pandemia na vida dos fluminenses, e que prevê a concessão de créditos através da AgeRio. As operações têm juro zero e são financiadas pelo FEMPO, fundo administrado pela AgeRio.																																																																																												
NOTA 2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																																																																																												
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), e, com base nas disposições da Lei das Sociedades por Ações e Lei nº 11.638 de 28 de dezembro de 2007. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações em conjunto com as normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo de documento previsto no Plano Contábil das Instituições do sistema Financeiro Nacional (COSIF), as quais requerem a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros. Em 23 de fevereiro de 2022, a Diretoria Executiva aprovou a conclusão das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.																																																																																												
NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS																																																																																												
Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis, ressaltamos: a) Apuração do Resultado O resultado é apurado de acordo com o regime contábil de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento. b) Caixa e equivalentes de caixa Compreendem os saldos das disponibilidades (caixa e depósitos bancários e aplicações financeiras), a contar da data de aquisição do respectivo título nos termos da Resolução BCB 4818/2020 e Resolução BCB Resolução BCB Nº2/2020. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. c) Títulos e Valores Mobiliários A AgeRio vem investindo em cotas de Fundos de Investimento em Participações (FIP), tendo em vista seus objetivos estratégicos e sociais. A Circular nº 3.068 de 08/11/2001 BACEN, estabelece critérios para registro e avaliação contábil de títulos e valores mobiliários, mas as agências de fomento não são incluídas nestes critérios, motivo pelo qual se segue a Instrução CVM 579 de 30/08/2016, que estabelece os critérios contábeis de reconhecimento dos ativos e passivos desse tipo de Fundo, inclusive determinando seus registros pelos respectivos valores justos. O reconhecimento dos rendimentos desses Fundos tem como contrapartida o resultado da AgeRio. Em 2021, a AgeRio passou a controlar as variações positivas e negativas dos FIPs em função de avaliação ao valor justo em subcontas vinculadas ao ativo a fim de adequar-se a Instrução Normativa RFB nº 1700, de 14 de março de 2017, no intuito de tributar tais ganhos no cálculo do IRPJ e CSLL, somente em sua alienação ou baixa. Até o exercício de 2020, as variações positivas, fruto de avaliação ao valor justo, eram tributadas de forma tempestiva, sem a efetiva realização do fundo. d) Operações de crédito e provisão para perdas em operações de crédito a) Operações de crédito As operações de crédito estão registradas ao valor do principal, incorporando rendimentos e encargos auferidos até a data do balanço, em razão da fluência dos prazos. Os rendimentos de operações de crédito com atraso igual ou superior a 60 dias são apropriados somente por ocasião do efetivo recebimento dos valores em atraso. Todas as operações de crédito estão classificadas observando os parâmetros estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 2.682/99 e 2.697/00, a qual requer a análise periódica da carteira e de sua classificação em níveis de riscos, variando de "AA" (risco mínimo) a "H" (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso a partir de 15 dias como operações em curso anormal. b) Provisão para perdas em operações de crédito A classificação das operações de crédito e a constituição das respectivas provisões para perdas são efetuadas observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 e complementada por provisão adicional conforme descrito na nota 6. c) Renegociação As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, nos termos da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco. As renegociações de operações de crédito, anteriormente baixadas como prejuízo, são classificadas como nível "H". Os eventuais ganhos provenientes de renegociações somente são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. d) Outros Valores e Bens Compostos por ativos não financeiros mantidos para venda, correspondentes a imóveis disponíveis para venda, recebidos em dação em pagamento, registrados pelo menor valor entre o valor contábil do crédito e o valor da avaliação do bem; e compostos por despesas antecipadas, correspondentes a aplicações de recursos cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. e) Imobilizado de uso e Intangível O Ativo Imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição e/ou construção, ajustado pela depreciação acumulada, conforme método linear e taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil-econômica estimado (Nota 9). O Ativo Intangível está representado por direitos e bens incorpóreos destinados à manutenção da instituição ou exercidos com essa finalidade. Os itens registrados no Ativo Intangível são amortizados pelo método linear e com taxas estabelecidas de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens (Nota 10). f) Demais ativos e passivos São demonstrados pelo custo e acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias incorridas. A classificação em circulante e longo prazo, do Ativo Realizável e do Passivo Exigível, obedece ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. Os demais ativos e passivos são apresentados pelos valores de realização ou liquidação na data do balanço. g) Avaliação do valor recuperável (Impairment) Os Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores em relação ao mercado ou uso. A AgeRio desenvolveu programa de testes de recuperabilidade, conforme determinado pelas normas contábeis vigentes, mantendo-se os saldos contábeis inferiores aos valores de mercado apurados. h) Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) A Instituição adota a sistemática de apuração do Imposto de Renda pelo Lucro Real Anual, com antecipações mensais por estimativa, utilizando alíquota determinada de 15% e adicional de 10%.																																																																																												
A parcela correspondente à Contribuição Social foi calculada à alíquota de 25% a partir de 1º de julho de 2021, nos termos da alteração promovida pela MP nº 1.034, de 1º de março de 2021. De 1º de março de 2020 até 30 de junho de 2021, o cálculo foi efetuado à alíquota de 20%. i) Contribuições para o PIS/PASEP e COFINS As contribuições para o PIS/PASEP e COFINS foram calculadas à alíquota de 0,65% e 4%, respectivamente, e são apuradas pelo regime cumulativo. Com a publicação da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, as Agências de Fomento passaram a ter o mesmo tratamento tributário dos Bancos de Investimentos. j) Passivos contingentes Os passivos contingentes são avaliados e reconhecidos com base em parecer da área Jurídica sobre os prováveis riscos de perdas de uma ação judicial ou administrativa. São constituídas provisões de 100% para processos classificados como Perda Provável, cujos valores de perda possam ser determinados ou estimados. Para os processos classificados como de Perda Possível, os quais não requerem constituição de provisão, foi realizada somente divulgação em notas explicativas. Para processos classificados como Perda Remota, não efetuamos provisões ou divulgação. Os valores decorrentes desta prática estão demonstrados na nota 13 - "dúvidas". k) Créditos tributários Com base no histórico de operação da Instituição, não foi efetuado o registro contábil de ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, de prejuízo fiscal de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, uma vez que ainda não foi elaborado o estudo técnico nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020, sobre projeções da expectativa de resultados futuros, e demonstração da probabilidade de ocorrência de obrigações futuras com impostos e contribuições que permitam a realização de ativo fiscal diferido.																																																																																												
NOTA 4 - MUDANÇA NA APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS																																																																																												
a) Apresentação das Demonstrações Financeiras A partir de janeiro de 2020, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.720/2019 e Circular BACEN nº 3.959/2019 (posteriormente revogada pela Resolução BCB nº 2/2020) foram incluídas nas Demonstrações Contábeis da AgeRio. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, <i>International Financial Reporting Standards</i> (IFRS). Desta forma, a partir de 31 de dezembro de 2020, a AgeRio realizou mudanças na apresentação das suas Demonstrações Contábeis, atendendo aos requerimentos da respectiva norma. Estas alterações permaneceram nas Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021. A seguir, destacamos as principais alterações: (i) Inclusão da Demonstração do resultado abrangente; (ii) Inclusão de nota explicativa sobre análise de sensibilidade; (iii) Inclusão de nota explicativa sobre resultados recorrentes e não recorrentes. b) Reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas A partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.877/2020, foram incluídas nas Demonstrações Contábeis da AgeRio. A norma em referência consolida os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de obrigações sociais e trabalhistas pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O principal impacto trazido pela norma, foi a necessidade de inclusão dos valores decorrentes de aumento salarial futuro, previsto na convenção coletiva de trabalho a partir de janeiro/2021, e seus reflexos nas provisões de férias e 13º salário.																																																																																												
NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS																																																																																												
<table><tr><th>Carteiras de Valores Mobiliários</th><th>31/12/2021</th><th>31/12/2020</th></tr><tr><td>I - Curto Prazo</td><td>206.893</td><td>204.620</td></tr><tr><td>Cotas de Fundos de Investimentos (I)</td><td>206.893</td><td>204.620</td></tr><tr><td>II - Longo Prazo</td><td>138.817</td><td>107.019</td></tr><tr><td>Títulos Públicos Federais</td><td>82.092</td><td>58.169</td></tr><tr><td>Cotas de Fundos em Participações (II)</td><td>56.354</td><td>37.452</td></tr><tr><td>Cotas de Fundos Garantidores (III)</td><td>481</td><td>398</td></tr><tr><td>Outros - Cotas de Fundos de Investimentos (IV)</td><td>1</td><td>11.000</td></tr><tr><td>Total de Títulos e Valores Mobiliários</td><td>345.820</td><td>311.639</td></tr></table> (i) Compreendem as Cotas dos Fundos de Investimentos em Renda Fixa, a saber: Fundo Gov PP e FI CAIXA AgeRio, administrados, respectivamente, pelo Banco Bradesco e pela Caixa Econômica Federal. O Fundo Exclusivo GOV PP é direcionado aos entes do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sendo a AgeRio um dos cotistas. Esse Fundo acompanha as variações das taxas de juros praticadas no mercado de depósitos interbancários (CDI), composto por cotas de Fundos Referenciados DI, cuja carteira é composta por títulos de emissão do Tesouro Nacional, bem como créditos securitizados pelo Tesouro Nacional ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos. O FI CAIXA é um fundo exclusivo, destinado à AgeRio, e sua carteira é composta predominantemente por títulos públicos federais indexados às taxas de juros prefixadas, pós-fixadas (SELIC/CDI) e/ou índices de preços, e em menor percentual em operações compromissadas. (ii) As aplicações em Fundos de Investimento em Participações (FIPs) atendem o objeto social da AGÊNCIA, através da participação em empresas inovadoras com alto potencial de crescimento. A Instrução CVM nº 578, de 30 de agosto de 2016, normaliza a atuação dos FIPs. O destaque no exercício é para o Fundo Brasi Aceleradora de Startups - FIP, que em fevereiro/2021 teve uma receita de valorização da carteira, a valor justo, no valor de R\$ 5,7 milhões, e para o FIP BBI FINANCIAR L, que em maio 2021, teve uma receita de valorização da carteira, a valor justo, de R\$ 15 milhões. As receitas de valorização a valor justo citadas acima impactaram diretamente o aumento das receitas de TVM no exercício de 2021 em relação ao exercício de 2020, nos valores de R\$ 33.239 e R\$ 12.110, respectivamente, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício - DRE. Vide composição a seguir: <table><tr><th>Fundo</th><th>Previsão de encerramento</th><th>Capital Subscrito</th><th>Capital Integralizado</th><th>Capital Valor Atualizado</th></tr><tr><td>BBI Financiar I</td><td>21/12/2023</td><td>10.000</td><td>10.000</td><td>45.453</td></tr><tr><td>Performa Key</td><td>26/12/2022</td><td>5.000</td><td>4.441</td><td>1.487</td></tr><tr><td>Nascenti</td><td>30/06/2022</td><td>2.000</td><td>2.000</td><td>2.392</td></tr><tr><td>Br Startups</td><td>11/03/2024</td><td>6.000</td><td>3.603</td><td>7.022</td></tr><tr><td>Total (ii)</td><td>-</td><td>23.000</td><td>20.045</td><td>56.354</td></tr></table> (iii) As Cotas dos Fundos Garantidores de Operações de Créditos possuem a composição a seguir: <table><tr><th>Fundo</th><th>Capital Subscrito</th><th>Capital Integralizado</th><th>Valor Atualizado</th></tr><tr><td>FGI</td><td>45</td><td>45</td><td>81</td></tr><tr><td>FGO</td><td>140</td><td>140</td><td>400</td></tr><tr><td>Total (iii)</td><td>185</td><td>185</td><td>481</td></tr></table> (iv) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios de Aplicação Financeira Renda Fixa - garantia constituída para o contrato de financiamento firmado com a Caixa Econômica Federal. Dada a liquidação total deste contrato no mês de junho de 2021, o montante de R\$ 11 milhões deixou de ser vinculado como garantia em conta segregada e foi reclassificado para Cotas de Fundos de Investimentos. As Cotas dos Fundos de Investimento de Renda Fixa, em Participações e Títulos Públicos Federais são custodiadas pelo Banco Bradesco. Em 31 de dezembro de 2021, a Instituição não possuía em aberto operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.						Carteiras de Valores Mobiliários	31/12/2021	31/12/2020	I - Curto Prazo	206.893	204.620	Cotas de Fundos de Investimentos (I)	206.893	204.620	II - Longo Prazo	138.817	107.019	Títulos Públicos Federais	82.092	58.169	Cotas de Fundos em Participações (II)	56.354	37.452	Cotas de Fundos Garantidores (III)	481	398	Outros - Cotas de Fundos de Investimentos (IV)	1	11.000	Total de Títulos e Valores Mobiliários	345.820	311.639	Fundo	Previsão de encerramento	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Capital Valor Atualizado	BBI Financiar I	21/12/2023	10.000	10.000	45.453	Performa Key	26/12/2022	5.000	4.441	1.487	Nascenti	30/06/2022	2.000	2.000	2.392	Br Startups	11/03/2024	6.000	3.603	7.022	Total (ii)	-	23.000	20.045	56.354	Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado	FGI	45	45	81	FGO	140	140	400	Total (iii)	185	185	481														
Carteiras de Valores Mobiliários	31/12/2021	31/12/2020																																																																																										
I - Curto Prazo	206.893	204.620																																																																																										
Cotas de Fundos de Investimentos (I)	206.893	204.620																																																																																										
II - Longo Prazo	138.817	107.019																																																																																										
Títulos Públicos Federais	82.092	58.169																																																																																										
Cotas de Fundos em Participações (II)	56.354	37.452																																																																																										
Cotas de Fundos Garantidores (III)	481	398																																																																																										
Outros - Cotas de Fundos de Investimentos (IV)	1	11.000																																																																																										
Total de Títulos e Valores Mobiliários	345.820	311.639																																																																																										
Fundo	Previsão de encerramento	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Capital Valor Atualizado																																																																																								
BBI Financiar I	21/12/2023	10.000	10.000	45.453																																																																																								
Performa Key	26/12/2022	5.000	4.441	1.487																																																																																								
Nascenti	30/06/2022	2.000	2.000	2.392																																																																																								
Br Startups	11/03/2024	6.000	3.603	7.022																																																																																								
Total (ii)	-	23.000	20.045	56.354																																																																																								
Fundo	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Valor Atualizado																																																																																									
FGI	45	45	81																																																																																									
FGO	140	140	400																																																																																									
Total (iii)	185	185	481																																																																																									
NOTA 6 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO																																																																																												
Em conformidade com a Res. CMN nº 2.682/99, as operações de crédito da AgeRio são classificadas por meio de avaliação de risco de crédito, com critérios consistentes e verificáveis, que contemplam aspectos em relação ao tomador do crédito e a operação. Classificação das operações de crédito em ordem crescente de risco <table><tr><th>Classificação de Risco</th><th>Valor da Provisão</th><th>Provisão Adicional</th><th>Valor da Provisão</th><th>Total das Operações</th><th>Valor da Provisão</th></tr><tr><th>(31/12/21)</th><th>em %</th><th>(31/12/21)</th><th>(31/12/21)</th><th>(31/12/2021)</th><th>(31/12/2020)</th></tr><tr><td>AA</td><td>94,11</td><td>0,5%</td><td>471</td><td>471</td><td>95.365</td></tr><tr><td>A</td><td>92,82</td><td>1,0%</td><td>928</td><td>928</td><td>98.358</td></tr><tr><td>B</td><td>94,17</td><td>3,0%</td><td>2.825</td><td>451</td><td>3.276</td></tr><tr><td>C</td><td>77,30</td><td>10,0%</td><td>773</td><td>2</td><td>775</td></tr><tr><td>D</td><td>6,68</td><td>30,0%</td><td>2.000</td><td>-</td><td>2.000</td></tr><tr><td>E</td><td>3,77</td><td>50,0%</td><td>1.885</td><td>-</td><td>1.885</td></tr><tr><td>F</td><td>8,67</td><td>70,0%</td><td>6.073</td><td>939</td><td>7.012</td></tr><tr><td>G</td><td>6,45</td><td>100,0%</td><td>6.456</td><td>-</td><td>6.456</td></tr><tr><td>TOTAL</td><td>314,408</td><td>-</td><td>21.413</td><td>1.391</td><td>22.803</td></tr></table> * Resolução nº 2682/99 A provisão para créditos de liquidação duvidosa, mínima e adicional, obedece aos parâmetros estabelecidos na resolução 2.682/99 do Banco Central do Brasil, e é fundamentado em estudo da carteira, cenário econômico, e na qualidade, suficiência e liquidez das garantias. b) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa <table><tr><th>Provisão Crédito Liquidação Duvidosa</th><th>30/12/2021</th><th>31/12/2020</th></tr><tr><td>Saldo no início do período</td><td>20.216</td><td>33.678</td></tr><tr><td>Constituição da provisão</td><td>7.200</td><td>5.512</td></tr><tr><td>Constituição da provisão adicional</td><td>6</td><td>-</td></tr><tr><td>Reversão de provisão</td><td>(3.706)</td><td>(2.358)</td></tr><tr><td>Créditos baixados para Prejuízo</td><td>(914)</td><td>(16.616)</td></tr><tr><td>Saldo no fim do período</td><td>22.803</td><td>20.216</td></tr></table>						Classificação de Risco	Valor da Provisão	Provisão Adicional	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão	(31/12/21)	em %	(31/12/21)	(31/12/21)	(31/12/2021)	(31/12/2020)	AA	94,11	0,5%	471	471	95.365	A	92,82	1,0%	928	928	98.358	B	94,17	3,0%	2.825	451	3.276	C	77,30	10,0%	773	2	775	D	6,68	30,0%	2.000	-	2.000	E	3,77	50,0%	1.885	-	1.885	F	8,67	70,0%	6.073	939	7.012	G	6,45	100,0%	6.456	-	6.456	TOTAL	314,408	-	21.413	1.391	22.803	Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	30/12/2021	31/12/2020	Saldo no início do período	20.216	33.678	Constituição da provisão	7.200	5.512	Constituição da provisão adicional	6	-	Reversão de provisão	(3.706)	(2.358)	Créditos baixados para Prejuízo	(914)	(16.616)	Saldo no fim do período	22.803	20.216
Classificação de Risco	Valor da Provisão	Provisão Adicional	Valor da Provisão	Total das Operações	Valor da Provisão																																																																																							
(31/12/21)	em %	(31/12/21)	(31/12/21)	(31/12/2021)	(31/12/2020)																																																																																							
AA	94,11	0,5%	471	471	95.365																																																																																							
A	92,82	1,0%	928	928	98.358																																																																																							
B	94,17	3,0%	2.825	451	3.276																																																																																							
C	77,30	10,0%	773	2	775																																																																																							
D	6,68	30,0%	2.000	-	2.000																																																																																							
E	3,77	50,0%	1.885	-	1.885																																																																																							
F	8,67	70,0%	6.073	939	7.012																																																																																							
G	6,45	100,0%	6.456	-	6.456																																																																																							
TOTAL	314,408	-	21.413	1.391	22.803																																																																																							
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	30/12/2021	31/12/2020																																																																																										
Saldo no início do período	20.216	33.678																																																																																										
Constituição da provisão	7.200	5.512																																																																																										
Constituição da provisão adicional	6	-																																																																																										
Reversão de provisão	(3.706)	(2.358)																																																																																										
Créditos baixados para Prejuízo	(914)	(16.616)																																																																																										
Saldo no fim do período	22.803	20.216																																																																																										

AgeRio



AgeRio

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A.

CNPJ: 05.940.203/0001-81

NOTA 22 – PARTES RELACIONADAS

O Governo do Estado do Rio de Janeiro é o acionista majoritário da AgeRio e a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro é o acionista minoritário, conforme explanado na nota explicativa 14.a.

Os Juros sobre Capital Próprio, valor que engloba os dividendos mínimos obrigatórios, no valor de R\$ 15 milhões tem como principal beneficiário o Governo do Estado do Rio de Janeiro, acionista majoritário, que tem por prática reverter estes recursos em novos aportes ao patrimônio líquido da agência. A remuneração com os administradores no exercício de 2021, formado pelo Conselho de Administração, Diretoria, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, incluindo os respectivos encargos sociais, totalizou a importância de R\$ 1.997 mil (R\$ 1.878 mil no exercício de 2020).

NOTA 23 – PRESSUPOSTO DE CONTINUIDADE

A Administração da AGÊNCIA possui um grau de governança que assegura o pressuposto da Continuidade Operacional da instituição. Esta governança está apoiada em uma estrutura consolidada de normas e procedimentos que, amparados em regulamentação específica do Banco Central do Brasil, norteiam o processo de concessão e acompanhamento do crédito.

A AgeRio possui uma estrutura de governança com alçadas definidas pelo Conselho de Administração e do ponto de vista prospectivo, realiza seu planejamento de médio e longo prazos com base em indicadores de cenário econômico, do mercado de crédito e em aspectos operacionais para a fixação de suas metas de negócios.

De acordo com a base contábil de continuidade operacional, as demonstrações contábeis da AGÊNCIA são elaboradas com base no pressuposto de que a entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível. Confirmamos que não temos conhecimento de incertezas significativas relacionadas com eventos ou condições que possam gerar dúvidas sobre a capacidade de a Empresa continuar em operação.

NOTA 24 – IMPACTOS ECONÔMICOS Da Pandemia - COVID 19

Desde o início da pandemia provocada pelo Corona vírus (COVID-19), reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de março de 2020, bem como pelo Governo Federal, a AgeRio mantém suas atividades operacionais, observando os protocolos recomendados pelas autoridades sanitárias. Seguindo as diretrizes do Estado do Rio de Janeiro, a partir de agosto de 2021, os colaboradores retornaram às atividades presenciais de forma híbrida, sendo o regime de trabalho predominantemente presencial.

O BACEN no ano de 2020 adotou iniciativas para mitigar os impactos causados pela pandemia, como medidas facilitadoras de renegociações de operações de crédito sem o aumento do provisionamento para créditos de liquidação duvidosa, o que gerou reflexos no desempenho operacional no exercício de 2021.

A Administração da Agência tem monitorado os efeitos provocados pela COVID-19 em suas operações e resultados, e envida os melhores esforços para prover informações que espelhem a sua realidade econômica.

No exercício de 2021, observa-se o contínuo aumento em operações de créditos de microempreendedores e empresas de pequeno e médio portes, assim como o contínuo crescimento nas solicitações de renegociação e prorrogação de prazos para as operações de financiamento. Foram observados também, efeitos sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa e a ampliação da

participação da AgeRio como operadora de recursos de terceiros, estratégia destinada a fortalecer as fontes de recursos voltadas a socorrer e apoiar as empresas e empreendedores fluminenses, ajudando-as a combater os efeitos da pandemia do Covid-19.

No programa de Microcrédito Produtivo Orientado (MPO), no exercício de 2021, foram apoiados 1.030 negócios, que totalizaram desembolsos da ordem de R\$ 4,6 milhões, com recursos do FEMPO, fundo estadual administrado pela Agência, e R\$ 300 mil com recursos da Caixa Econômica Federal, aproximadamente 59% superior ao desembolsado no ano anterior.

Nas operações com o Setor Privado, foram realizadas 256 operações de crédito no ano de 2021 com pessoas jurídicas, totalizando R\$ 76,7 milhões concedidos para micro, pequenas, médias e grandes empresas. Desse total, 135 empresas receberam financiamento por meio de recursos próprios (representando 40,33% no valor das contratações), 111 financiamentos pelo FUNGETUR (52,75%) e 10 empresas pelo financiamento de inovação (6,92%). Além disso, a grande maioria desses financiamentos (73,83%) foi realizada com crédito de até R\$ 300 mil.

Os programas “Fomenta Maricá”, “Supera Mais Niterói” e “Recomeçar Paraty” em que a Agência atua como prestadora de serviços na operacionalização de crédito para apoio a pequenos negócios localizados nos municípios de Maricá, Niterói e Paraty, respectivamente, com recursos oriundos dos orçamentos municipais liberaram cerca de R\$ 17,3 milhões em operações de crédito para 1.104 negócios localizados nesses municípios. As operações desses programas geraram R\$1,7 milhão em receitas para Agência no exercício de 2021. Cabe ressaltar que as liberações com o programa “Recomeçar Paraty” se encerraram em maio/21, sendo o fluxo de receitas atual composto apenas pelo recebimento e repasse das parcelas recebidas dos clientes ao município de Paraty.

Adicionalmente, em maio de 2021, foi lançado o SUPERA RJ - Programa de transferência de renda criado para diminuir o impacto econômico da pandemia na vida dos fluminenses, e que prevê a concessão de créditos através da AgeRio para pequenos negócios localizados em todo o Estado, nos termos da Lei Estadual nº 9191/2021. As operações oferecem taxa de juros “zero” e são operacionalizadas pelo FEMPO. Foram liberados cerca de R\$ 293 milhões em operações de crédito. As receitas de prestação de serviço geradas para AgeRio foram de R\$ 14,7 milhões no exercício de 2021.

No que tange às renegociações no exercício de 2021, foram realizados 108 refinanciamentos de operações, com valor total renegociado de aproximadamente R\$ 60 milhões, sendo R\$ 52,8 milhões em linhas AgeRio, R\$ 5,3 milhões da FINEP e R\$ 2 milhões do FUNGETUR.

Como vem sendo amplamente divulgado, os efeitos futuros referentes a Covid-19 ainda possuem grau de incerteza, mesmo com o panorama de imunização mundial e desta forma, por serem de difícil mensuração, permanecerão sendo acompanhados pela Administração da Agência, que seguirá atenta e cuidadosa a toda e qualquer informação ou evento relacionados ao COVID-19, com o intuito de refleti-los e/ou divulgá-los tempestivamente em suas demonstrações financeiras.

NOTA 25 – RESULTADO LÍQUIDO CONTÁBIL x RESULTADO LÍQUIDO RECORRENTE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

A seguir, apresentamos os principais eventos não recorrentes que impactaram no Resultado Líquido dos exercícios:

31/12/202131/12/2020

RESULTADO LÍQUIDO CONTÁBIL (A)

34.470(3.342)

EVENTOS NÃO RECORRENTES (B)

14.397(3.191)

RECEITAS

46135

Atualização monetária PER/DCOMP

Lucro Alienação Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos

432

Receitas Prestação de Serviço – Supera Rio

14.707–

DESPESAS

–

Estorno de provisão de despesa de contrato de prestação de serviços (rompimento contratual com fornecedor)

ISS Recolhido Outros Municípios (Maricá)

(2)(18)

Porta IOF

–(32)

Desconto Concedido - Renegociação Operação de Crédito

–(183)

Encargos por descumprimento de prazos/obrigações

(4)(38)

Baixa de Imobilizado/Intangível

–(180)

Desvalorização Ativos Não Financeiros Mantidos para Venda – Recebidos

(394)(2.901)

RESULTADO LÍQUIDO RECORRENTE (A-B)

21.096(251)

NOTA 26 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Aliquota CSLL

A alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL retornará ao patamar de 20% a partir de janeiro/2022, visto que a Medida Provisória Nº 1.034, de 1º de março de 2021 elevou a mesma, no período de julho/2021 a dezembro/2021.

b) Programa Cidade Integrada - Recursos Supera Rio

Em 19 de janeiro de 2022, foi instituído através do Decreto Nº 47.928 o Programa Cidade Integrada, que vinculou a este o Programa Supera Rio. Em virtude disto, em fevereiro/2022, foi recebido o montante de R\$ 37,8 milhões para concessões de crédito relativo ao programa Supera Rio, podendo estes recursos ser utilizado em municípios em emergência/calamidade.

c) Estado de Calamidade Pública - Financiamentos Recursos FREMF

A Lei Nº 9.564, de 17 de fevereiro de 2022, permitiu a utilização dos recursos do Fundo de Recuperação Econômica dos Municípios Fluminenses - FREMF -, criado pela Lei Estadual nº 4.534, de 04 de abril de 2005, para a concessão de crédito, para recomposição de capital de giro a micro, pequenas e médias empresas em virtude do estado de calamidade pública reconhecido pela Portaria nº 395, de 16 de fevereiro de 2022, do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil e pelo Município de Petrópolis, por meio do Decreto nº 033, de 15 de fevereiro de 2022, e homologado pelo Decreto nº 47.957, de 16 de fevereiro de 2022. Estes financiamentos serão operacionalizados pela AgeRio. Foram disponibilizados R\$ 175 milhões para concessão de financiamentos no município de Petrópolis.

d) Pandemia do COVID-19:

Ressalta-se em observância ao disposto na NBC TG 24 (R2), considerando os efeitos da eclosão da pandemia do COVID-19 e as medidas que visaram a implementação de todos os processos da AGERIO, não há indícios, até o momento, de que os impactos trazidos pela pandemia prejudiquem a sua continuidade operacional, assim como, não há indícios, até a conclusão e autorização das Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2021, da necessidade de ajustes sobre os saldos apresentados.

Andre Luiz Vila Verde Oliveira da Silva - Presidente

Tatiane Dutra Rosa Peres - Diretora de Controladoria

Vitor Rodrigues Prado - Contador - CRC/RJ 113499-01 - CPF: 109.302.827-01

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1 INTRODUÇÃO: 1.1 Constituição e Regulamentação do Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. – AgeRio foi instituído em atendimento à Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, ao Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017, e à Resolução do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 3.198, de 27 de maio de 2004, e segue as disposições contidas no Estatuto Social da AGÊNCIA e Regimento Interno do colegiado. 1.2 Principais atribuições do Comitê de Auditoria: Compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração no que se refere ao exercício das suas funções de auditoria e de fiscalização, de modo a avaliar as práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras/contábeis, as atividades de auditorias interna e independente e controle interno, a eficácia do sistema de controle interno e de gerenciamento de risco, assim como o cumprimento das recomendações formuladas pelos órgãos de controle interno e externo. 1.3 Composição: Conforme disposto no art. 35 do Estatuto Social da AGÊNCIA, o Comitê de Auditoria, com funcionamento de modo permanente, é composto por 3 (três) membros, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 (três) anos, não coincidente para cada membro, permitida uma reeleição. Atualmente, o comitê é composto pelos seguintes membros: Srs. Adilson Justino Pereira Junior, Flavio Correia Santos e sendo presidido pelo Sr. Marcelo Fiorini. O Sr. Adilson Justino Pereira Junior exerce o primeiro mandato e os Srs. Flavio Correia Santos e Marcelo Fiorini exercem o segundo mandato. Todos com experiência profissional e/ou formação acadêmica compatível com os respectivos cargos. 2 ATIVIDADES REALIZADAS NO PERÍODO DO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021: O Comitê de Auditoria reuniu-se 6 (seis) vezes no segundo semestre de 2021, realizando sessões de debates, análises e esclarecimentos. Essas reuniões envolveram Superintendentes, Gerentes Executivos e Auditor Interno. 3 RECOMENDAÇÕES APRESENTADAS: Na reunião de agosto de 2021, o Comitê de Auditoria recomendou à Diretoria Executiva sobre a necessidade por se buscar mais contratações de operações de crédito, com ações mais coordenadas e efetivas, de modo a diminuir a relação entre esse aumento do caixa (recursos captados) e os recursos contratados em financiamentos (repassados a clientes). Tal recomendação está sendo analisada pela administração da AgeRio. Tal recomendação foi atendida, na reunião de setembro de 2021, a partir de esclarecimentos e comentários prestados pela Diretoria Executiva. 4 AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS SISTEMAS DE CONTROLE INTERNO: Verifica-se que o Sistema de Controle Interno adotado pela AgeRio é estruturado por meio de políticas, normativos, cultura organizacional e de padrões éticos e de integridade promovidos pela AGÊNCIA, permitindo, desse modo, a prestação de informações consistentes sobre os aspectos gerenciais,

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Srs, Acionistas e Administradores da

AGÊNCIA DE FOMENTO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S.A. - AGERIO

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à AGERIO, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e com as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos

As demonstrações contábeis da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram examinadas por outros Auditores Independentes, que emitiram Relatório dos Auditores Independentes, em 26 de fevereiro de 2021, com opinião sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da AGERIO é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às Instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Agência de Fomento do Estado do Rio de Janeiro S.A. - AGERIO são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da AGERIO.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da AGERIO. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a AGERIO a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, das constatações relevantes de auditoria e, quando eventualmente identificadas durante nossos trabalhos, as deficiências significativas nos controles internos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

São Paulo, 09 de março de 2022.

SACHO - AUDITORES INDEPENDENTES

CRC - 2SP 017.676/O-8

CNAI PJ - 000155

HUGO FRANCISCO SACHO

CRC - 1SP 124.067/O-1

